

TRABALHO E CONFLITOS: ASPECTOS DA ROTINA E RESISTÊNCIA DOS ESCRAVOS NA FÁBRICA DE FERRO SÃO JOÃO DE IPANEMA (SÉCULO XIX)¹

Mário Danieli Neto²

Resumo: o debate historiográfico sobre a escravidão industrial tem revelado características importantes do trabalho escravo em condições muito distintas daquelas que comumente se atribuem ao trabalho compulsório no campo. Neste artigo, discutirei, particularmente, o trabalho escravo na Fábrica de Ferro São João de Ipanema, em Sorocaba (SP). Os objetivos fundamentais são mostrar algumas informações disponíveis sobre esse contingente na companhia e, ao mesmo tempo, traçar considerações sobre o cotidiano de trabalho na fábrica e as estratégias de resistência dos escravos frente à violência da escravidão.

Palavras-chave: Escravidão industrial; resistência escrava; Fábrica de Ferro S. J. de Ipanema.

Abstract: the historiographical debate about industrial slavery has revealed important features of slave labor under very different from those commonly attributed to compulsory labor in the field. In this article we will discuss particularly the slave labor in Ipanema Iron Factory in Sorocaba (SP-Brazil). The fundamental objectives are to show some statistical data available on this contingent and at the same time make some considerations about the daily work at the factory and the strategies of resistance used by the slaves against the violence of slavery.

Key words: Industrial slavery; slave resistance; S. J. Ipanema iron factory.

A Fábrica São João de Ipanema: contexto histórico

A Fábrica de Ferro São João de Ipanema foi um dos empreendimentos públicos mais longevos da história do Brasil. Suas origens remontam ao final do século XVIII e se estendem até 1895 quando o governo republicano encerra definitivamente as atividades da companhia. A historiografia sobre essa empresa tem recebido importantes contribuições em anos recentes que permitem revisitar sua história e problematizar a manutenção de uma empresa quase sempre deficitária por parte do governo brasileiro. (ZEQUINI, 2006; SANTOS, 2008)

A história da Fábrica São João de Ipanema é deveras interessante em muitos aspectos. Tanto da perspectiva da história de empresas, como também do trabalho

¹ Este texto é uma versão ampliada do trabalho “Resistência escrava e trabalho industrial na Fábrica de Ferro São João de Ipanema (século XIX)”, apresentado no XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG: “Dimensões do poder na História”, UFOP, 24-27 de julho de 2012.

² Professor adjunto de História do Brasil da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).

escravo industrial, o estudo da companhia permite ampliar o debate historiográfico sobre empreendimentos fabris no século XIX. A trajetória histórica da fábrica remonta ao final do século XVIII (1765) com algumas incipientes tentativas de extração do minério de ferro e fundição do metal com métodos ainda rudimentares. Na realidade, esse parece ter sido um período de experimentação e reconhecimento do sítio ao redor das minas de Araçoiaba, com a instalação de pequenos equipamentos para a produção. Além de investimentos do governo, tentou-se, inicialmente, a formação de uma sociedade de ações com a participação de particulares. (DANIELI NETO, 2012, p. 102) Nas décadas seguintes, Ipanema recebeu poucos investimentos por parte do governo português e entrou em um período de baixa atividade.

Em 1810, D. João VI expediu ordem régia para a construção de uma fábrica no local das minas de Araçoiaba, erguendo-se a Real Fábrica de Ferro São João de Ipanema, que, de início, contou com aportes do governo. O início do século XIX marcou uma época conturbada para o empreendimento, com investimentos públicos, mas que, de acordo com fontes coetâneas, foram dissipados pela péssima administração comandada por Gustavo Hedberg. (ESCHWEGE, 2011, p. 626-7; VERGUEIRO, 1979, p. 27-9) Em 1815, após a saída de Hedberg da direção, tem início a administração de Varnhagen. Considera-se esse um período de incremento da produção e maior produtividade da fábrica. Buscou-se o aprimoramento do trabalho nos fornos altos e também houve especial atenção ao consumo de combustíveis (carvão). Novas obras foram feitas, assim como a nova administração procurou avaliar mais criteriosamente os gastos com a fábrica. (ESCHWEGE, 2011, p. 645-67)

A administração de Varnhagen estendeu-se até 1821. Após esse período, a Fábrica entrou em novo lapso de decadência, atribuído também à incúria de seus administradores. No período pós-independência, as informações sobre a Fábrica são esparsas. Em especial, durante a época regencial, existe uma “lacuna” na historiografia sobre a empresa, ainda a ser preenchida por novas pesquisas. (SANTOS, 2008, p. 36) Nas décadas posteriores, ou seja, 1840 e 1850, a Fábrica recebeu novos investimentos e técnicos estrangeiros foram contratados com o intuito de melhorar a produção do metal. Também é um período de maior presença de mão-de-obra escrava. A década de 1860 corresponde a uma época de desprestígio e profunda decadência da companhia,

inclusive com o comprometimento de sua estrutura arquitetônica e produtiva. As dificuldades financeiras impedem a continuidade da produção e o governo decide suspender as atividades da companhia, ao mesmo tempo em que pretendeu, sem sucesso, arrendá-la a particulares. De 1870 a 1880, ocorrem várias tentativas de reconstrução da companhia, incorporação de trabalhadores e retomada da produção. Destaca-se a administração do major Bloem que deu novo impulso ao empreendimento. No entanto, a fábrica sempre enfrentou dificuldades financeiras decorrentes da falta de infraestrutura para escoar sua produção e pelo mercado consumidor muito restrito. A década de 1890 é o período final da história da companhia, quando, já sob o comando republicano, suas atividades são definitivamente encerradas. (DANIELI NETO, 2012, p. 125-6)

Trabalho escravo e indústria

Ao longo de sua trajetória, a Fábrica de Ferro São João de Ipanema contou sempre com o labor de operários escravizados que, junto com trabalhadores livres e técnicos, compunham a mão-de-obra da companhia. A discussão historiográfica em torno do trabalho escravo na indústria é bastante complexa e envolve problemas teóricos que não caberiam no espaço deste artigo. Por isso, apenas como referência, pontuarei algumas abordagens significativas para o desenvolvimento do tema. No Brasil, especificamente, as menções ao trabalho escravo no meio fabril provocaram debates sobre a incompatibilidade ou não do trabalho escravo para a indústria. Autores que primeiramente analisaram as relações entre escravidão e indústria, de modo geral, procuraram mostrar que havia dicotomia entre esses dois polos. Obras de caráter mais geral sobre o Brasil por vezes trouxeram contribuições significativas para o desenvolvimento posterior da questão. No entanto, as abordagens “clássicas” sobre escravidão e indústria presentes nas obras de Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni e J. Gorender, por exemplo, embora distintas em seus objetivos e delimitações teóricas e metodológicas, percebem o uso do cativo na indústria como pouco produtivo e inadequado para as necessidades da produção industrial. No geral,

tais obras enfatizam o caráter capitalista da indústria dentro do qual a escravidão seria um obstáculo.

No final dos anos 1980, a virada historiográfica ocasionada pela comemoração dos cem anos da Abolição recolocou o debate em outros termos. Pesquisas e monografias que trataram de regiões específicas contribuíram para que vários temas sobre escravidão fossem repensados. Temáticas como a escravidão urbana, escravidão industrial, família escrava e resistência à escravidão receberam grande atenção nesse período. (SCHWARTZ, 2001, p. 46) Algumas abordagens reconheceram a escravidão industrial como uma importante “variável” dentro do sistema escravista nas Américas. O estudo sistemático da questão foi empreendido por R. Starobin ainda nos anos 1970 e sua influência foi grande tanto na historiografia dos Estados Unidos como também no Brasil, especialmente durante a década de 1980. (STAROBIN, 1976) Mary Karasch em estudo que data dos anos 1970 mostrou também de modo pioneiro a presença de escravos nas fábricas do Rio de Janeiro do século XIX. (KARASCH, 2000, p. 269) Douglas Cole Libby analisou e fez uma crítica à ideia da dicotomia entre escravidão e indústria no Brasil, mostrando que atividades econômicas importantes, como a mineração, a tecelagem e a fabricação de ferro, contavam quase sempre com escravos. (LIBBY, 1984, p. 23-6; 1988)

A questão da incompatibilidade entre escravidão e indústria também foi abordada pelo próprio R. Starobin que se pergunta se as diferenças entre o desenvolvimento técnico entre o Sul e o Norte dos Estados Unidos podem ser atribuídas apenas à presença da escravidão, enquanto não se consideram fatores como o mercado interno limitado, a falta de infraestrutura de transportes e a concorrência com produtos manufaturados importados. (STAROBIN, 1970, p. 186-7) No caso do Brasil, Graham também abordou o problema sob uma perspectiva mais ampla, mostrando que na “historiografia brasileira tornou-se quase um truísmo a afirmativa de que industrialização e escravatura eram antagônicas”. Em seguida, o autor esclarece que “a experiência norte-americana lança dúvidas sobre a maioria destas generalizações e sugere uma realidade histórica mais ambígua.” (GRAHAM, 1983, p. 223-257) Nessa linha de raciocínio que procura ampliar o debate historiográfico sobre a escravidão industrial, vale ressaltar as análises feitas por Oliveira sobre a pré-indústria fluminense no século

XIX e a presença da escravidão em vários empreendimentos fabris do período. (OLIVEIRA, 1987) Também Soares elaborou uma análise detalhada do trabalho escravo nas fábricas do Rio de Janeiro, mostrando que tal mão de obra era grande nas manufaturas de charutos, chapéus e pequenas oficinas, assim como eram presença constante em grandes estabelecimentos como a Fábrica Ponta de Areia. (SOARES, 1996; 2003)

Escravos e africanos livres em Ipanema

Particularmente sobre a escravidão na Fábrica de Ferro Ipanema, destaca-se a dificuldade em avaliar o comportamento do contingente cativo em diferentes momentos da história da companhia. Algumas aproximações, porém, são úteis para tornar mais clara a situação desses escravos. A maior parte da mão de obra escrava da empresa foi incorporada no início do século XIX com a chegada de cem escravos cedidos pelo governo em 1810 como forma de incentivar a produção de ferro. (VERGUEIRO, 1979, p. 57-8) As informações sobre esse contingente são bastante deficitárias, tornando complicada uma avaliação das características dessa população em Ipanema nestes primeiros anos. A informação mais segura sobre este assunto encontra-se em Müller & Oliveira, cuja relação de 66 escravos pertencentes à companhia em 1821 nos oferece a oportunidade de observar que havia 22 escravos (33,3%), provavelmente de origem africana, visto que seus “sobrenomes” indicam suas “nações” ou os locais em que possivelmente foram embarcados, tais como “Naga”, “Mina”, “Angola”, “Congo”, “Monjolo”, “Molanje”, “Cassange”, “Cabundá”, etc.. (MÜLLER & OLIVEIRA, 1990, p. 1260-1). Em um período em que o tráfico Atlântico ainda era muito forte, a presença de escravos africanos pode ter sido comum não só em Ipanema, mas em outros estabelecimentos.

Após a independência, as informações sobre a empresa são escassas, especialmente no que diz respeito à mão de obra. A partir de 1831, com proibição do tráfico para o Brasil em vigor houve um aporte de “africanos livres” que foram enviados à fábrica, chegando mesmo, em alguns momentos, a superar o número de escravos. (RODRIGUES, 1998, p. 38) Entre 1855 e 1857, registrou-se, com base nas fontes

disponíveis, o período em que a presença de escravos foi maior em Ipanema. Embora não se possa afirmar com certeza, talvez o próprio encerramento do tráfico Atlântico tenha contribuído para que esse contingente aumentasse, seja com a intensificação desse comércio após o *Bill Aberdeen* (1844) ou mesmo por meio do tráfico interno. Porém, na década seguinte, a situação muda, pois o número de cativos pertencentes à empresa decresce significativamente. As causas desse movimento podem estar na maior demanda por braços nas lavouras de café paulistas, mas certamente a decadência material e financeira da empresa nessa época teve impacto importante. Nesse período, as atividades de Ipanema foram encerradas, parte do seu maquinário assim como boa parte dos seus escravos foram transferidos para o Mato Grosso. A partir de 1865 ocorrem tentativas de se recuperar o empreendimento, com novos investimentos do governo e com as tentativas de arregimentar mais escravos ou retomar aqueles que haviam sido tomados por fazendeiros da região. A partir de 1871, com a Lei do Ventre Livre, os escravos da companhia passam a ser considerados “libertos”, mas há poucas informações sobre esse período.

Do ponto de vista que nos interessa, qual seja o trabalho escravo em fábricas, observou-se por meio de pesquisas documentais, especialmente os relatórios, ofícios e correspondências da fábrica Ipanema, além dos relatórios dos ministérios da Guerra e da Agricultura, assim como por meio de pesquisas bibliográficas, que o trabalho na fábrica era feito tanto por escravos como por homens livres. As atividades cotidianas eram compostas por uma grande variedade de tarefas, desde a derrubada de matas para combustível dos fornos até a produção do ferro propriamente dita. Em Ipanema, os escravos executavam também obras de construção e manutenção, além dos cuidados com animais e roças que pertenciam ao entorno da Fábrica. Algumas outras atividades mostravam que Ipanema tinha uma produção bastante diversificada, vendendo produtos como obras de madeira, tijolos e telhas, produtos de origem animal e vegetal, evidenciando-se que a fabricação de ferro não era a única fonte de receita da empresa. O contingente escravo na fábrica sempre apresentou variações, conforme a situação financeira do empreendimento e as condições de trabalho. A definição de escravos polivalentes proposta por Godoy parece ser aplicável ao caso de Ipanema. Examinando as fazendas de açúcar em Minas Gerais, o autor mostra que nos engenhos mineiros os

trabalhadores (tanto livres como escravos) “deveriam estar habilitados para o exercício de múltiplas tarefas.” (GODOY, 2008, p. 20)

O emprego de escravos e africanos livres em fábricas pertencentes ao governo era comum, assim como sua utilização em outros empreendimentos do governo, tais como a abertura de estradas e a construção de estradas de ferro. Lamounier apontou a presença de escravos na construção das primeiras ferrovias, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, prática que desafiava a legislação da época, mas que era burlada por meio de subterfúgios como a subempreitada, por exemplo. (LAMOUNIER, 2008, p. 218-226)

No caso de Ipanema, existem algumas dificuldades em se obter informações acerca do contingente escravo, visto que em alguns momentos de sua história, a companhia foi desfeita (como em 1860, por exemplo) e, em outros, os administradores perderam ou negligenciaram os livros de registros de trabalhadores e de contabilidade. Os administradores também reclamavam da falta de registros confiáveis sobre os escravos que pertenciam à companhia. Em 1871, afirmava o diretor Mariano Carlos de Souza Corrêa que para elaborar um levantamento dos escravos que ali trabalhavam “foi preciso recorrer aos relatórios e correspondência dos diferentes diretores daquele estabelecimento, e aos de outros indivíduos que, em diversas épocas, foram encarregados pelo governo de proceder à inspeção e exame na fábrica.” (Notícia, 1872, p. 13) Mesmo assim, podemos observar, por meio de algumas informações presentes nos relatórios contábeis da companhia, a evolução da mão de obra escrava na fábrica em diferentes períodos históricos.

Assim, sabe-se que em 1834 houve uma remessa de escravos para a companhia, embora o número de indivíduos seja ignorado. Em 1841 foram remetidos para Ipanema 150 cativos pertencentes a diversas fazendas nacionais “das províncias do norte”. Em 1843, o diretor da fábrica, tenente-coronel Antonio de Manoel de Mello, escrevia em ofício ao governo da província que a fábrica poderia ser útil ao país, pois se empreendera um modo econômico para o corte da madeira e que permitia, ao mesmo tempo, o crescimento mais rápido das matas. Porém, ressaltava a necessidade de aumentar-se “os braços com 200 pretos, únicos próprios para os trabalhos de

carvoaria naquele clima.” (Notícia, 1872, p. 14) A Tabela 1 apresenta algumas informações sobre os escravos em Ipanema ao longo de vários anos.

TABELA 1					
Escravos na fábrica Ipanema					
	Homens	Mulheres	Total	Homens (%)	Mulheres
1821*	55	11	66	83,3	16,7
1827**	67	33	100	67	33
1839***	61	25	86	71	29
1845	73	80	153	47,7	52,3
1846****	71	59	130	54,6	45,4
1855	69	80	149	46,3	53,7
1856	75	82	157	47,8	52,2
1857	77	85	162	47,5	52,5
1859	34	35	69	49,3	50,7
1860*****	34	35	69	49,3	50,7
1867	49	26	75	65,3	34,7
1870	46	21	67	68,7	31,3
1871*****	44	18	62	71	29
Fontes	Para os anos de 1845, 1855, 1856, 1857, 1859, 1867, 1870, ver Notícia sobre a criação da Fábrica de Ferro S. J. de Ipanema, 1872.				
	* Müller & Oliviera, 1990, p. 1260-1.				
	** AESP, Fábrica de Ferro, Ordem CO 5213, Caixa 1.				
	*** Mapa demonstrativo dos empregados e operários da Fábrica de Ferro S. João de Ipanema, 1839.				
	****Rodrigues, Jaime, 1998, p. 38.				
	*****AESP, Fábrica de Ferro, CO 5216, cx.4, 1849-1870.				
	*****Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda em 2 de janeiro de 1871, AESP, Escravos, CO0602.				

Porém, consta que entre os anos 1855, 1858 e 1864, muitos escravos foram retirados da fábrica, ignorando-se, infelizmente, o destino que lhes foi atribuído. Em 1865, foram expedidas ordens para que esses escravos fossem restituídos à companhia, mas até o ano seguinte não havia notícias se tal procedimento obteve sucesso. (Notícia, 1872, p. 14) Conclui o diretor afirmando em seu relatório que “apesar da deficiência de dados que se nota quanto ao movimento dos escravos da Nação ao serviço da fábrica, vê-se, porque é sensível, o decréscimo do número de escravos naquele estabelecimento, que tanto carecia de braços como o repetiam seus diferentes diretores.” (Notícia, 1872, p. 16) Entre 1845 e 1857, registraram-se os maiores contingentes chegando a um total de 162 indivíduos em 1857. Depois desse período, o número de escravos cai significativamente e permanece nessa tendência até 1871. Fez-se sentir a falta de informações sobre a maior parte da década de 1860, pois,

conforme mencionado, esse foi um período em que as atividades foram suspensas por causa das constantes dificuldades financeiras da fábrica. Portanto, não houve registros sobre seus trabalhadores cativos, sabendo-se que parte deles foi transferida para Mato Grosso, onde o governo imperial pretendia instalar novas fábricas de ferro e pólvora e parte foi dispersa e acabou em mãos de particulares. (Notícia, 1872, p. 14) Observa-se ainda em vários anos a maior presença de mulheres escravizadas. Informações de outras fontes documentais mostram que as mulheres, em geral, cuidavam das roças, da cozinha, costura entre outras tarefas. Aos homens cabiam atividades diversas, como o cuidado com roças e animais, derrubada de matas, transporte de madeira para os fornos e claro, aquelas ligadas diretamente à produção de ferro. Vários escravos eram refinadores, moldadores, caldeireiros, ferreiros, entre outras profissões que envolviam conhecimentos de metalurgia. (Relatório, 1871)

Em trabalho recente, Rebelatto mostrou por meio de minuciosa pesquisa, as atividades dos escravos em ofícios metalúrgicos nas Minas Gerais do século XIX. Na Fábrica Monlevade, analisada pela autora, os escravos qualificados surgem como importante contingente para o estabelecimento. Alguns com habilidades tais que se tornaram conhecidos na região. (REBELATTO, 2012, p. 186)

Embora as informações a esse respeito sejam poucas, em alguns momentos, os administradores de Ipanema registravam o número de trabalhadores e suas respectivas profissões. Em 1821, por exemplo, dos 66 escravos relacionados 16 possuíam profissões ligadas ao trabalho metalúrgico, enquanto oito tinham outras profissões e 42 não possuíam profissão declarada. (MÜLLER e OLIVEIRA, 1990, p. 1260-1) Já em 1871 – outro ano em que foi possível determinar as funções dos escravos encontrados –, registraram-se 10 profissões relacionadas ao trabalho com ferro, 26 outras profissões e 25 indivíduos sem profissão declarada. (Relatório, 1871)

Das profissões encontradas nessas fontes destacam-se as de fundidor, refinador e moldador, diretamente relacionadas à produção de ferro e de grande importância para a rotina da fábrica. Na Tabela 2, constam as profissões dos escravos declaradas nos anos de 1821 e 1871. Por vezes, a descrição não coincide entre os dois anos, mas as informações nos dão uma boa ideia da diversidade de funções exercidas pelos cativos dentro da fábrica.

TABELA 2		
Profissões dos escravos na Fábrica São João de Ipanema		
Profissões metalúrgicas		
	1821*	1871**
Ferreiro	4	4
Fundidor	1	6
Moldador	3	s.d.
Refinador	8	s.d.
Total	16	10
Outras profissões		
	1821*	1871**
Broqueador	1	s.d.
Campeiro	s.d.	2
Cargador	2	s.d.
Carpinteiro	2	2
Carreiro	s.d.	6
Carroceiro	s.d.	2
Carvoeiro	s.d.	2
Cavouqueiro	s.d.	2
Enfermeiro	s.d.	1
Mineiro	s.d.	3
Oleiro	s.d.	1
Pedreiro	s.d.	3
Pilões	3	s.d.
Servente	s.d.	1
Tropeiro	s.d.	1
Total	8	26
Fontes: *Müller & Oliveira, 1990, p. 1260-1		
** Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, AESP, Escravos, CO0602		

Deste modo, as várias profissões exercidas por escravos no interior da fábrica dão mostras das múltiplas possibilidades de exploração dessa mão de obra no contexto fabril. Em Ipanema, funcionaram também algumas oficinas subsidiárias à produção de metal, tais como as olarias, as carpintarias, as ferrarias etc. Escravos profissionalmente qualificados ali trabalhavam e, em alguns casos, parte da produção dessas oficinas era vendida nas proximidades da fábrica para incrementar a receita. Atente-se para o fato de que os escravos com profissão declarada são a minoria do pessoal utilizado pela empresa. A maior parte dos cativos era distribuída em tarefas associadas à produção de ferro, que eram de grande importância para o funcionamento da fábrica, como derrubada de matas, extração de minério, alimentação dos fornos etc. (Relatório, 1871)

Trabalho, fugas e resistência na Fábrica São João de Ipanema

O debate sobre a resistência escrava, como mostrou Schwartz, ganhou bastante espaço na historiografia brasileira a partir dos anos 1980 e particularmente beneficiou-se do desenvolvimento de estudos regionais que apontaram as estratégias empregadas pelos escravos para resistirem ao cativeiro. O estudo dos quilombos, das revoltas e das fugas trouxe à tona uma vasta gama de fontes até então pouco utilizadas. Os registros policiais e jornais, por exemplo, passaram a compor uma documentação significativa para o estudo da resistência escrava. Trabalhos de fôlego, como de Silvia Hunold Lara sobre Campos dos Goitacazes, de Leila Algranti sobre os escravos urbanos no Rio de Janeiro, são exemplos importantes dessa tendência. (ALGRANTI, 1988; LARA, 1998) Os trabalhos de João José Reis e Flávio dos Santos Gomes também contribuíram para ampliar e renovar os estudos sobre a resistência escrava. (REIS, 1986; GOMES, 1995) Karasch mostra que as formas de resistência dos escravos no Rio de Janeiro abrangiam atitudes como a deserção, a resistência por meio da violência e o suicídio. (KARASCH, 2000, p. 398)

Em Minas Gerais, a presença de quilombos no século XVIII era “endêmica”. (SCHWARTZ, 1999, p. 248) Na província de São Paulo, Santos analisou as lutas pela liberdade no final do escravismo, destacando as revoltas, os quilombos e a desorganização do trabalho por meio da resistência dos escravizados. (SANTOS, 1980) Também Mattos mostrou o descontentamento e o medo dos senhores no período final da escravidão devido às fugas constantes de escravos e ao movimento abolicionista. (MATTOS, 1998) Outros estudos demonstraram a capacidade de organização dos escravos em torno de questões legais. São relevantes, nesse sentido, trabalhos que analisaram o uso das ações de liberdade, interpostas por escravos por meio de representantes legais, nos tribunais. Os processos elaborados e defendidos por Luis Gama, por exemplo, foram examinados por Azevedo. (AZEVEDO, 1999) Nesse rumo, Mendonça também destacou as ações de liberdade nos períodos finais da escravidão. (MENDONÇA, 1999, p. 317-325)

A resistência escrava no contexto fabril envolvia muito das estratégias que foram empregadas nas áreas rurais. Nas fábricas, porém, as fugas coletivas e as revoltas com grande número de participantes talvez fossem mais difíceis, devido à estrita vigilância exercida sobre essa mão de obra. A quebra da rotina, a sabotagem, a paralisação das atividades, as fugas individuais, parecem que foram os meios mais recorrentes que os escravos utilizaram como forma de resistência. Algumas situações em Ipanema podem ser ilustrativas sobre os caminhos percorridos pelos cativos da fábrica na luta pela liberdade e por melhores condições.

Estabelecer a rotina de trabalho da Fábrica é bastante difícil, pois as informações, em geral, são incompletas. Há períodos de maior movimentação e organização documental que permitem perceber como o trabalho era dividido e organizado. A informação mais segura sobre os primeiros escravos em Ipanema talvez seja a Carta Régia de 1810 que aponta a chegada à Ipanema de cem deles mandados pelo governo português, mais os bois necessários para o serviço, além do pagamento dos salários dos operários livres oferecidos pela Real Fazenda. A maior parte desses escravos eram trabalhadores braçais, mas havia nesse grupo alguns pedreiros, carpinteiros e ferreiros, destinados às tarefas de construção. (VERGUEIRO, 1979, p. 57)

Na obra de Vergueiro existe um interessante corpo de documentos, como portarias, decretos régios, avisos do governo que trazem instruções para organizar as atividades da fábrica Ipanema. Destacam-se, por exemplo, as *“Instruções para servirem de regulamento na Real Fábrica de ferro de S. João do Ipanema”*, datadas de 27 de março de 1811. Aí se encontra o regulamento para os feitores, que dispõe sobre a forma como esses deveriam atuar na organização e disciplina da mão de obra, especialmente dos escravos. Eram em número de três os feitores responsáveis pela vigilância dos cerca de cem escravos, que deveriam morar na mesma casa dos escravos ou em alguma outra próxima, preocupando-se em evitar fugas e rebeliões. (VERGUEIRO, 1979, p. 96) Além dessa preocupação, aos feitores cabia manter a ordem dentro da fábrica e das casas, noticiar qualquer ocorrência ou desvio de conduta, instruir os escravos nos preceitos da religião oficial, administrar os

mantimentos, fornecer vestimenta e cuidar para que os mesmos se apresentassem ao trabalho “com a possível limpeza”. (VERGUEIRO, 1979, p. 96)

O dia de trabalho na fábrica começava aos primeiros raios de sol quando os feitores já deveriam estar a postos com os escravos para receberem as instruções e executarem as tarefas definidas pelo diretor ou inspetor. Por volta das oito horas da manhã havia uma pausa para o almoço. O intervalo para almoço era de uma hora e meia no verão e uma hora no inverno. Em seguida, o trabalho era retomado, prosseguindo até o meio-dia quando era servida a janta, estendendo-se até o pôr do sol. (VERGUEIRO, 1979, p. 96-7)

Em Ipanema, os escravos trabalhavam numa média de 12 horas diárias e nem sempre com os cuidados necessários de saúde e alimentação. As condições de trabalho quase sempre eram precárias devido à falta de recursos da fábrica. Os próprios administradores relataram, em alguns momentos, o excesso de trabalho de escravos que desempenhavam funções importantes, ligadas aos fornos ou à fundição do metal. As queixas dos escravos quase sempre recaíam sobre a má alimentação e o vestuário insuficiente, em especial, no inverno. (FLORENCE, 1996)

Nos documentos oficiais é difícil apreender situações que envolviam castigos físicos no interior da fábrica, mas é provável que tal prática existisse, a julgar-se pelas fugas de escravos da companhia. Eschwege, ao analisar a Fábrica de Ferro do Morro do Pilar em Minas Gerais, mostra o relato de um mestre fundidor alemão de nome Schoenewolf que se impressionou com um escravo ferreiro que devido aos castigos que lhe foram aplicados vomitou sangue por oito dias. Afirma o técnico alemão que “durante todo o tempo da fundição o tronco nunca permaneceu vazio”. (ESCHWEGE, 2011, p. 612) Talvez essa realidade não fosse distante da Fábrica Ipanema. Os relatos de fugas podem ser um indicador do tratamento dispensado aos escravos pertencentes à companhia.

Na correspondência produzida pelo governo da Província de São Paulo é possível ter uma ideia das fugas empreendidas por escravos pertencentes à fábrica, embora seja difícil apurar um número total, pois se trata apenas da documentação oficial, sendo necessária uma pesquisa com outras fontes, como jornais, por exemplo, para se observar melhor tal questão.

As fugas empreendidas por escravos qualificados levavam a exaustivas buscas por parte da administração, no intuito de recuperar indivíduos cujo trabalho era essencial para a produção de ferro. Assim foi, por exemplo, em novembro 1823, quando o escravo Benedito dos Santos fugiu da Fábrica e, a seguir, foi capturado e preso na capital da província. O diretor solicita, então, que o escravo seja restituído ao Estabelecimento, pois o mesmo não cometera outro crime senão a “fugida” e deveria ser reconduzido ao trabalho. (Correspondência, 1823)

Um caso interessante deu-se alguns meses antes, com um escravo de nome Domingos Ramos. Domingos era um escravo qualificado, exercendo a função de oficial de ferreiro na Fábrica, sendo um dos poucos a desempenhar essa função naquela época. Havia fugido no dia 6 de janeiro de 1823, segundo o diretor, “sem motivo algum”. O administrador da fábrica resolveu escrever para todos os capitães-mores das vilas mais próximas, assim como destacou um feitor da fábrica e soldados para darem busca ao escravo evadido. Entretanto, as diligências não tiveram sucesso e, algum tempo depois, soube o diretor que Domingos Ramos fora visto dirigindo-se para São Paulo. Sendo assim, pediu ao governo provincial para que as vilas ao norte de Sorocaba fossem avisadas e o referido escravo capturado e reconduzido ao trabalho “a bem da prosperidade deste estabelecimento”.

Menos de um mês depois, tem-se a notícia de que Cipriano Rocha, indivíduo de cor parda, que fora autorizado pelo diretor de Ipanema a dar busca ao escravo Domingos Ramos conseguiu capturá-lo, juntamente com outro escravo de nome Domingos Luna. A apreensão deu-se em São Paulo, e quando Cipriano, sem nenhum auxílio, conduzia os prisioneiros, foi atacado nas proximidades de São Roque por dois homens que ele Cipriano acreditava serem “emboabas” e que, com o auxílio de seis “pretos”, o agrediram violentamente, deixando-o desacordado e desaparecendo com os escravos. Diz então o diretor da Fábrica que “um dos referidos escravos [Domingos Ramos] faz grande falta a esta fábrica por ser ferreiro hábil e no estabelecimento existem poucos desta oficina.” (Correspondência, 1823) Na documentação pesquisada até o momento, fica difícil estabelecer se a companhia empenhava-se em reter esses escravos considerados habilidosos, oferecendo-lhes recompensas, por exemplo. Vergueiro, porém, faz menção ao fato de que alguns escravos estavam se tornando

“mestres” em ofícios de metalurgia, “aos quais se dão pequenas gratificações”, segundo o autor. (VERGUEIRO, 1979, p. 42)

Outros casos de fugas envolvem escravos cuja qualificação profissional não é mencionada, mas que demandaram esforços para enquadrá-los novamente ao trabalho. Em 1831, o escravo Benedito fugiu da fábrica e foi preso em São Paulo onde aguardava providências para ser levado de volta. Em 1835, foram entregues ao Juiz de Paz sete escravos foragidos da Fábrica Ipanema, os quais permaneceriam presos até que se tomassem medidas a respeito do caso. Também em 1835, o escravo João Mariano foi detido em São Paulo. Afirmou em interrogatório que cinco dias antes fugira da Fábrica Ipanema. (Ofícios Diversos, 1835) O escravo Dionísio, também pertencente à Fábrica, encontrava-se na cadeia de São Paulo em 1836, pois fora preso com uma série de objetos cujos donos eram desconhecidos. Desconfiava o Juiz de Paz que Dionísio os subtraíra de pessoas da própria fábrica, embora não revele quais objetos estavam de posse do escravo.

Em 1843, um ofício do juiz Rafael de Araújo Ribeiro ao presidente José Carlos Pereira de Almeida Torres dava notícias sobre dois escravos presos na cadeia de São Paulo, que deveriam ser transportados para Ipanema, de onde haviam fugido. Ao inspecionar a cadeia em busca dos cativos, encontrou-se somente o “pardo” de nome Henrique Nascimento que seria entregue à presidência da província. No entanto, o juiz destaca o estado de saúde precário do escravo e sugere que se remeta o mesmo para algum hospital da cidade para tratamento e que só depois seja enviado de volta para a Fábrica. O juiz ainda notifica que na cadeia encontrou mais dois escravos pertencentes à companhia, um de nome Caetano, “preto africano”, e outro de nome Domingos, “preto crioulo natural da fazenda de Santa Cruz”, que aguardavam no cárcere as providências para sua volta à Sorocaba.

Em 1844, foi capturado o escravo Domingos. Achou-se, inicialmente, tratar-se de um africano livre. Ele foi preso ao chegar a São Paulo e estava sob a custódia do Seminário de Educandos de Sant’Anna. Depois de interrogado pelo diretor da instituição afirmou ter nascido no referido seminário, que era escravo “de nação” assim como sua mãe, a escrava Joaquina, de quem fora separado quando essa foi enviada para a Fábrica Ipanema onde veio a falecer. Domingos servira como pajem em Cubatão

e disse que estava fugido acerca de dois ou três anos. O diretor do seminário relata no ofício que dois dias antes mandara Domingos trazer sua roupa suja para lavar e que encontrou em uma camisa e calça de algodão grosso o distintivo “Ypanema” em “letras maiúsculas” e, por isso, deduziu tratar-se de um escravo foragido da fábrica. Imediatamente, solicitou providências por parte da presidência da província. A história continua quando o diretor da Fábrica Ipanema foi comunicado, por meio de outro ofício, sobre o dito escravo. Escreve então o diretor que Domingos era mesmo escravo companhia e que fugira com três outros “sem o menor motivo” cerca de um mês antes. Acreditava o diretor que fora ele quem “seduziu os outros escravos” para a fuga e, por isso, solicitou que Domingos seja mandado de volta à Fábrica “ao menos para que sofra algum castigo que sirva de exemplo para os outros”. Em 1846, em ofício do inspetor interino Antônio Bernardo Quartim verifica-se ao final que um escravo de nome José encontrava-se foragido havia oito dias e que era a terceira vez que empreendera fuga da companhia. (Ofícios Diversos, 1844-1846)

Os relatos acima podem indicar que as fugas eram comuns nas dependências da Fábrica, mas é necessário empreender novas pesquisas em outras fontes para se avaliar com mais segurança tal hipótese. Do ponto de vista quantitativo talvez não sejam muito significativas, ou, por outro lado, podem indicar questões mais complexas, como, por exemplo, uma preocupação maior da administração da fábrica com a vigilância dessa mão de obra. Moreira, ao analisar a Fábrica de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro, afirma que havia poucas fugas, especialmente entre os africanos livres, o que pode “confirmar a estrita vigilância que o Estado dispensava aos africanos livres, especialmente aos que serviam em suas instituições.” (MOREIRA, 2005, p. 148) Esta é uma hipótese para se avaliar em Ipanema, pois nos relatos de fugas, encontrados até o momento, não foram mencionados africanos livres, apenas escravos.

As razões para fugir eram óbvias, embora os administradores estranhassem o fato afirmando que os cativos fugiam “sem motivo algum”. Ao que parece, o tratamento dado aos cativos era bastante rígido. A disciplina de trabalho dentro da fábrica era pesada e as condições de vida eram precárias. Tais situações, certamente, motivavam os escravos a abandonarem seus postos e buscarem melhores condições ou mesmo liberdade em outros locais. As prisões relatadas nos ofícios da província de São Paulo

talvez sejam uma pequena amostra das fugas ocorridas em Ipanema. A hipótese que pode ser testada nesse momento é que fugir, embora fosse uma forma comum de resistência dentro do próprio escravismo, tinha um significado específico dentro da fábrica. As tensões entre trabalhadores escravos e a administração da companhia eram constantes. Especialmente após a chegada de novos escravos e dos africanos livres, entre 1835 e 1840, parece haver uma preocupação maior da administração em controlar mais rigidamente esse contingente. (FLORENCE, 1996; RODRIGUES, 1998) Por outro lado, os esforços empreendidos pelos diretores da fábrica para reaver escravos fugitivos revelam o interesse que tinham em manter trabalhadores (escravos ou africanos livres) que se evadiam da companhia, sobretudo aqueles mais qualificados.

Fugir, no entanto, não era a única forma de resistência escrava dentro da fábrica. Alguns documentos relatam que os cativos encontravam outros caminhos de protesto e resistência. O enfrentamento, por vezes, ocorria não somente como modo de obter a liberdade, mas também para diminuir a carga de trabalho diário ou exigir melhorias nas condições materiais. Em estudo sobre a resistência escrava em Ipanema, Afonso Bandeira Florence argumenta que os principais focos de tensão entre escravos e a administração da fábrica estavam ligados aos problemas com alimentação e vestimenta. Em documento de 1828, os cativos dirigem-se por escrito à presidência da província exigindo que acordos feitos anteriormente fossem respeitados e cumpridos pelos administradores. Em especial, reclamavam “passarmos semanas inteiras sem comer e continuando sempre com o serviço”. Além disso, diziam eles que sofriam com o frio por não receberem cobertores havia mais de oito ou nove anos. Deixavam claro ainda seu pleno conhecimento das frações alimentares que lhes cabiam diariamente e que não eram fornecidas com a regularidade necessária para cumprimento da jornada de trabalho. (FLORENCE, 1996, p. 7-32)

Para Florence, os problemas em torno da alimentação e do vestuário se transformaram em focos de tensão e resistência. Tais questões, juntamente com a conjuntura de uma época complicada devido à chegada de “africanos livres” a Ipanema, formaram um cenário de estratégias em torno das atividades diárias a serem realizadas. Havia o temor de revoltas e insubordinação, assim como de paralisação do

labor e sabotagem da produção por parte dos escravos e africanos livres. Tais circunstâncias eram agravadas pela presença de homens livres e quilombolas que facilitavam as fugas de escravos qualificados, prejudicando assim a produção. Além disso, segundo Florence, escravos que se passavam por “leais” aos administradores, permaneciam longas temporadas no hospital da companhia ou simulavam doenças contando com a conivência do cirurgião. (FLORENCE, 1996, p. 24-25)

Aliás, alguns poucos registros sobre o movimento da enfermaria e hospital que pertenciam à companhia indicam que as moléstias eram constantes e dos mais variados tipos. Por exemplo, de 1º. de julho de 1871 a 30 de junho de 1872 registraram-se 81 ocorrências de atendimentos a doentes, tanto na enfermaria quanto em seus domicílios, possivelmente próximos à fábrica. Não há diferenciação no documento a respeito da condição civil dos atendidos, visto que após a Lei do Ventre Livre de 1871, os escravos pertencentes aos estabelecimentos do governo foram considerados “libertos”, supondo-se, portanto, tratar-se tanto de operários negros (ex-escravos) como de trabalhadores livres. Desse total, 76 casos foram resolvidos e ocorreram cinco mortes sendo, porém, a maior parte, de indivíduos idosos. (Relatório, 1872, s.d.) O relatório de 1886 aponta um intenso movimento na enfermaria com grande variedade de moléstias, dentre as quais as mais frequentes foram bronquite aguda (36 casos) e bronquite infantil (25). (Relatório, 1886, p. 11-2)

Embora não se possam identificar entre os atendidos nesses dois períodos os escravos ou ex-escravos pertencentes à fábrica, é possível afirmar, por meio desses exemplos, que as condições de trabalho e vida no local não eram salubres. Havia sempre a possibilidade de utilizar as moléstias como subterfúgio para obter a dispensa do trabalho. Porém, algumas delas como, por exemplo, as bronquites de vários tipos podem indicar que o trabalho nas carvoarias vitimava um número considerável de indivíduos, assim como as doenças da infância e as relacionadas a ferimentos e contusões mostram que as condições de saúde em Ipanema não primavam pela qualidade. Sobre esse assunto, Mary Karasch realizou um detalhado levantamento das doenças que acometiam escravos, baseando-se nos registros da Santa Casa do Rio de Janeiro. (KARASCH, 2000, p. 207) No caso de escravos que trabalhavam em fábricas, Karasch mostra que em 1843 havia 62 fábricas de charutos na cidade do Rio de

Janeiro. Nessas fábricas, as condições de trabalho eram péssimas e proliferavam doenças que minavam a saúde dos trabalhadores escravos, submetidos a um regime intenso de horas de trabalho, em locais sem ventilação adequada. Algumas doenças específicas da atividade com tabaco foram constatadas por médicos da época e acabavam evoluindo para moléstias como tuberculose e pneumonia. (KARASCH, 2000, p. 270) Analisando os africanos livres pertencentes à Fábrica de Pólvora da Estrela, Moreira destacou também a existência de um hospital que atendia aos enfermos, o que, no entanto, não ocultaria “o tratamento negligente em relação às condições de vida e saúde dos africanos livres e escravos da nação.” (MOREIRA, 2005, p. 149-50) Curiosamente, a autora menciona que alguns escravos e africanos livres foram vítimas de uma doença denominada “catarral” (talvez uma espécie de tuberculose), que pode ser a mesma que atingiu alguns trabalhadores de Ipanema em 1825, como se verá em seguida.

Assim, as precárias condições de vida e trabalho em Ipanema levavam, por vezes, os escravos e os trabalhadores livres a insubordinação. No caso dos escravos, tal procedimento era particularmente temido pelos administradores. Em especial, após 1831, com a introdução de um significativo contingente de africanos livres na companhia, a situação pareceu piorar quanto à disciplina de trabalho. No caso da Fábrica Ipanema, os primeiros africanos livres chegaram ali em 1834. Já em 1837, o Estabelecimento contava com 48 africanos livres, sendo trinta homens e dezoito mulheres. Em 1841, o contingente de escravos havia diminuído, porém, houve um significativo incremento de trabalhadores de outras categorias, como africanos livres (104), degredados (42) e mais operários livres, totalizando 312 indivíduos. (RODRIGUES, 1998, p. 35) Por volta de 1846, Ipanema manteve em seu quadro de trabalhadores 240 africanos livres, sendo 196 homens, 23 mulheres e 21 crianças, além de 166 escravos, dos quais 71 eram homens, 59 mulheres e 36 crianças, o que totaliza 406 “pretos de todas as condições” que serviam aquele Estabelecimento. (RODRIGUES, 1998, p. 38)

Alguns africanos estavam na companhia há bastante tempo, portanto, habituados à rotina de trabalho. Porém, outros africanos que foram incorporados aos quadros posteriormente eram motivos de preocupação do diretor, pois segundo seu

ponto de vista os mesmos africanos comportavam-se mal e faziam muitas reivindicações. É o que se lê em um ofício datado de 21 de março de 1849, no qual o diretor da fábrica reclama ao presidente da província providências para que esses indivíduos não prejudiquem os trabalhos. Relata o diretor que esses africanos livres haviam servido “muito tempo na Bahia” e que eram “quase todos indisciplinados e exigentes.” (Ofício, 1849-1870) Por isso, segue o incomodado diretor em seu ofício dizendo que os africanos eram “perigosíssimos” e pouco úteis à fábrica e, portanto, deveriam ser afastados o quanto antes, até mesmo para não se tornarem má influência sobre outros africanos que já contavam com mais de dez anos de serviço. (Ofício, 1849-1870)

Verifica-se por meio desses relatos que as estratégias de resistência variavam entre extremos como a fuga até proposições conciliatórias visando mudanças no tratamento e nas condições de trabalho. Tal era a realidade da escravidão nas fábricas. De um lado, os feitores e os administradores empreendendo esforços para extrair da mão de obra o máximo de produtividade que as condições técnicas da época permitiam. De outro lado, os escravos se utilizavam de diversas estratégias tanto para burlar a vigilância como para obter “recompensas” por seus trabalhos. A resistência escrava dentro das fábricas, em geral, dava-se em distintas frentes: o confronto direto por meio da fuga, a paralisação das atividades por motivos diversos (doenças, acidentes etc.) e reivindicações por trabalhos bem executados. Como apontou R. Starobin, “coerção física, ou ameaça dela, era um efetivo incentivo aos escravos e os feitores frequentemente davam aos cativos recompensas materiais por produção satisfatória.” (STAROBIN, 1970, p. 154)

Não se pense, entretanto, que o trabalho desses cativos era algo mais “brando”, pois eram recorrentes os casos de escravos acometidos por doenças e recolhidos ao hospital da fábrica. Por exemplo, em novembro de 1825, quando o diretor foi obrigado a suspender a produção de um dos fornos altos “pelo motivo de se acharem os escravos que assistiam ao labor do forno atacados de uma afecção catarrosa, impossibilitando-os de maneira que nada podiam fazer recolheram-se a maior parte no Hospital.” (Correspondência, 1825) O excesso de trabalho também comprometia a saúde dos escravos da fábrica. Em 1826, uma portaria provincial solicitava o aprimoramento e o

aumento da produção das oficinas para atender a um pedido do Governo Imperial. O diretor da fábrica responde então que, entre outros problemas, “o número de escravos que são próprios ao labor do forno é diminuto” e tinha dúvidas se eles poderiam “resistir a tão contínuos trabalhos, sem ter quem os substitua.” (Correspondência, 1826) O pedido em questão, que partiu de aviso do próprio D. Pedro I, instruía os diretores de Ipanema a dar preferência à fundição de balas (munição) em detrimento à produção de barras de ferro para servirem de lastro em navios e fragatas que estavam em construção em um estaleiro na Bahia. Para atender a essa demanda era necessário incrementar o trabalho nas carvoarias que alimentavam os fornos de fundição. No entanto, de acordo com o diretor, havia somente 28 escravos lotados nessa função sendo que alguns eram “quase inúteis” ou “inválidos”. Mesmo assim, esses escravos foram transferidos para as tarefas de refino de ferro, serviço em que se ocuparam “por algum tempo noite e dia”, trabalhando em conjunto com outros 64 cativos que exerciam a mesma função. Ainda no entendimento do diretor, para que houvesse aumento da produção era necessário ampliar o contingente de escravos para 80 indivíduos. Além disso, o diretor preocupava-se em garantir futuros trabalhadores cativos para o Estabelecimento, pois pedia também que fossem enviadas “algumas escravas hábeis, robustas, e próprias para a propagação.” (Correspondência, 1827)

Os arranjos familiares entre escravos e africanos livres na Fábrica São João de Ipanema

Nas condições de vida e de trabalho dentro da fábrica, os escravos buscavam também estabelecer relações estáveis e manter unidas suas famílias. A família escrava tem recebido grande atenção da historiografia brasileira nos últimos anos. (MATTOS, 1998; SLENES, 1999) Há relatos interessantes que demonstram a existência de arranjos familiares em Ipanema.

Em setembro de 1834, o diretor de Ipanema enviou ao vice-presidente da província de São Paulo um “mapa” dos escravos da fábrica e suas respectivas funções. Nesse documento, as mulheres escravas relacionadas desempenhavam tarefas importantes: algumas ajudavam seus maridos no trabalho pesado do corte de madeira; outras “com princípios de costura” eram encarregadas de confeccionar as roupas para

os demais escravos. As crianças, “escravos menores”, estavam sob o cuidado de suas mães, mas o diretor procurou aplicá-los em funções produtivas mesmo sendo considerados de “tenra idade”. Os pequeninos, de quatro anos para cima, faziam o “carreto de pedra miúda nas proximidades do armazém”. Segundo o diretor, tal expediente era bastante vantajoso para a fábrica, pois colaborava com o transporte de pedras para erguer os muros do armazém e ainda limpava o terreno do cascalho que se encontrava em todas as partes da fábrica. (Correspondência, 1834)

Os arranjos feitos pelos escravos para formarem suas famílias são por demais relevantes para passarem despercebidos. Em Ipanema, a prática de se autorizarem casamentos entre cativos parecia não ser incomum. É o que mostram alguns documentos dirigidos diretamente ao Presidente da Província, que parecem proceder dos próprios escravos tendo algum outro indivíduo como mediador e redator das solicitações. É o caso do escravo Miguel da Silva, operário de Ipanema, que solicita que o administrador autorize a compra pela companhia de uma escrava pertencente a Manoel Joaquim, morador de Sorocaba, com a qual desejava se casar, alegando que na fábrica já não havia escravas com as quais pudesse contrair matrimônio e ressaltando que a mencionada cativa estava à venda por preço cômodo. (Correspondências, 1828)

Também o escravo Custódio apresentou solicitação semelhante. Custódio era viúvo havia três ou quatro anos e “achando-se com cinco família quatro fêmeas e um macho e como não possa tratar de minha família em razão de não ter tempo nem para educá-los por isso peço a V. E^{xa}. conceder-me licença para me casar”. Além disso, argumentava Custódio que os membros de sua família eram libertos, porém não recebiam qualquer remuneração. Deste modo, solicitava que se não fosse possível conceder-lhe a licença que pelo menos lhe enviassem “um soldozinho pouco para eu poder tratar de minha família”. Reforçava seu pedido sustentando ser um escravo leal e cumpridor de seus deveres dentro da fábrica, exercendo as funções de refinador, moldador, pedreiro e carapina. (Correspondências, 1828)

Os arranjos familiares dos escravos e africanos livres em Ipanema são perceptíveis em diferentes períodos. Além desses pedidos mostrados acima, verificou-se que, em 1860, em uma viagem de um grupo de escravos de Ipanema para Santos,

solicitava o engenheiro Rodolfo Waehnelde o pagamento das despesas e transporte para “condução da bagagem dos escravos e das crianças dos mesmos”. No entanto, em seguida reclama o engenheiro que seus pedidos para que os escravos e africanos livres fossem enviados juntamente com suas famílias não foram atendidos. (Relação dos escravos..., 1860)

Em 1871, no mapa que apresenta a descrição do pessoal empregado na fábrica há informações relevantes sobre os casamentos em Ipanema. Além das profissões dos escravos – que foram assinaladas no começo desse texto – o documento mostra os arranjos matrimoniais ali existentes. Ao todo, foram relacionados seis casais sendo que três possuíam filhos nascidos nas dependências da companhia. Além desses, encontravam-se oito casados (embora o nome do cônjuge não conste da lista), dos quais cinco homens e três mulheres, duas delas com dois filhos cada. Havia ainda cinco viúvos, entre os quais uma escrava de nome Eliza que tinha cinco filhos, todos nascidos em Ipanema, mostrando que possivelmente casara-se na própria fábrica. Sobre os seis casais presentes na lista, chama a atenção o fato de que todos os homens vieram do Piauí e todas as mulheres são de Ipanema, mostrando um possível arranjo intencional por parte da fábrica para que os escravos de fora contraíssem matrimônio com mulheres que ali haviam nascido. Vale assinalar também que se trata de escravos bem jovens, em especial as mulheres, cuja faixa etária situava-se de 15 a 19 anos.

Tais arranjos são interessantes para compreensão da dinâmica da escravidão dentro da fábrica. Possivelmente, os jovens escravos originários do Piauí (pertencentes a fazendas do governo, como atestam outros documentos referentes à companhia) foram incorporados ao contingente de trabalhadores e incentivados a casarem-se com jovens escravas nascidas em Ipanema, talvez como estratégia de controle e fixação da mão de obra em um contexto em que a escravidão sofria com mudanças importantes na sua estrutura após o fim do tráfico Atlântico. Também poderia ser uma boa medida para evitar as fugas, além de ampliar o número de escravos pela reprodução natural. No entanto, vale lembrar que, nesse mesmo ano (1871), a promulgação da Lei do Ventre Livre em 24 de setembro modificou a designação dos escravos pertencentes aos estabelecimentos do governo que passaram a ser denominados “libertos”.

É difícil saber se os escravos nascidos na fábrica se tornaram trabalhadores, ferreiros, moldadores, refinadores etc. Rebelatto mostrou que, na fábrica Monlevade, formaram-se alguns operários qualificados entre as gerações de escravos. (REBELATTO, 2012, p. 193-6) Em Ipanema, porém, a documentação pesquisada até o momento não revela se ocorria o mesmo.

Em termos gerais, foram essas as condições de vida e trabalho dos escravos encontradas na Fábrica São João de Ipanema. A resistência dos escravos frente à disciplina vigente na companhia caracterizou-se basicamente pelas fugas, pelas reivindicações feitas diretamente aos administradores ou autoridades governamentais e pelas ausências ao serviço causadas por moléstias (reais ou usadas como subterfúgio para evitar o trabalho). Por sua vez, os casamentos realizados dentro da fábrica pareceram funcionar tanto como estratégia dos escravos para obterem melhores condições materiais e de trabalho como também para os administradores, que poderiam contar com mão de obra mais fixa e evitar as fugas. Nesse sentido, ao apresentar tais situações de enfrentamento ora direto, ora velado, por parte dos escravos de Ipanema, espero ter cumprido o objetivo de mostrar a importância do estudo mais aprofundado da escravidão no contexto fabril, assim como apontar para algumas possibilidades de explorar a rica documentação referente à Fábrica São João de Ipanema que em boa parte ainda necessita de novas pesquisas.

FONTES MANUSCRITAS E IMPRESSAS

Correspondências da administração da Fábrica Ferro São João de Ipanema com o Governo da Província de São Paulo. Anos 1822, 1823, 1825, 1826, 1827, 1828, 1834. Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), *Fábrica de Ferro*, Ordem CO 5213, CO0245.

Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda em 2 de janeiro de 1871. José Severiano da Rocha. AESP, Escravos, CO0602.

Ofício do diretor da Fábrica S. João do Ipanema ao presidente da província de São Paulo. AESP, *Fábrica de Ferro*, caixa 4, ordem CO 5512 (1849-1870).

Ofícios Diversos, Arquivo do Estado de São Paulo (AESP), 1823-1846. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/poder.php>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

Notícia sobre a criação da Fábrica de Ferro S. João de Ipanema. Por Mariano Carlos de Souza Corrêa. Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra. Anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871.

Relação dos escravos e africanos livres escolhidos em Ipanema, 23 de junho de 1860 (AESP, CO5535a – Escravos (1843-1860).

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Visconde de Rio Branco. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1871.

RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA GERAL LEGISLATIVA pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra João José de Oliveira Junqueira. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1872.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999.

DANIELI NETO, Mário. *Escravidão e indústria: um estudo sobre a Fábrica de Ferro São João de Ipanema – Sorocaba (SP) – 1765-1895*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2006.

_____. Panorama Histórico da Fábrica de Ferro São João de Ipanema e suas características pré-industriais. *História Econômica & História de Empresas*. v. XV, n. 1, jan./jun. 2012.

DEW, Charles B. *Bond of Iron: Master and Slave at Buffalo Forge*. New York: W.W. Norton, 1994.

ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

FLORENCE, Afonso Bandeira. Resistência escrava em São Paulo: a luta dos escravos da Fábrica de Ferro São João de Ipanema – 1828-1842. *Afro-Ásia*, 18, 1996.

GODOY, Marcelo Magalhães. Fazendas diversificadas, escravos polivalentes: Caracterização sociodemográfica e ocupacional dos trabalhadores cativos em unidades produtivas com atividades agroaçucareiras de Minas Gerais no século XIX. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* Caxambú: ABEP, 2004. p. 1-23.

GOMES, Flávio dos Santos (org.). *História de quilombolas. Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. Entre a escravidão e o trabalho livre. Escravos e imigrantes nas obras de construção das ferrovias no Brasil do século XIX. *Economia, Selecta*, Brasília (DF), v. 9, n. 4, p. 215–245, dezembro 2008.

LIBBY, Douglas Cole. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1984.

_____. *Transformação e trabalho em uma economia escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEWIS, Ronald L. *Coal, Iron, and Slaves: Industrial Slavery in Maryland and Virginia, 1715-1865*. Westport, Connecticut: Greenwood, 1979.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da Abolição no Brasil*. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1999.

MÜLLER, Elisa & OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair M. de. Reflexões sobre a história da Fábrica de Ferro São João de Ipanema. *Anais do XVIII Encontro Nacional de Economia*, ANPEC, Brasília, DF, dezembro de 1990.

REBELATTO, Martha. *Fábricas e tendas de ferro em dinâmicas escravistas, termo de Santa Bárbara, Minas Gerais, 1822-1888*. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2012.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. *História Social: Revista da pós-graduação em História*, IFCH-UNICAMP, n. 4/5, 1998.

SANTOS, Nilton Pereira dos. *A Fábrica de Ferro São João de Ipanema: economia e política nas últimas décadas do Segundo Reinado (1860-1889)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, FFLCH, 2009.

SANTOS, Ronaldo Marcos dos. *Resistência e superação do escravismo na província de São Paulo (1885-1888)*. São Paulo, IPE-USP, 1980.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor; esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, Luiz Carlos. *O “povo de Cam” na capital do Brasil: a escravidão urbana no rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj-7Letras, 2007.

STAROBIN, R.S. *Industrial slavery in the old South*. New York: Oxford University Press, 1970.

VERGUEIRO, Nicolau Pereira de Campos. *História da Fábrica de Ipanema e Defesa perante o Senado*. Brasília: Senado Federal, 1979.

ZEQUINI, Anicleide. *Arqueologia de uma Fábrica de Ferro: Morro de Araçoiaba – Séculos XVI-XVIII*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo; Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo, 2006.

Artigo recebido em 14 de dezembro de 2012. Aprovado em 15 de janeiro de 2013.